



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

12/06/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Governo de SP dá prazo de 14 meses para estudar proposta de privatização da Sabesp

O governo de São Paulo divulgou nesta quarta (7) o cronograma para o estudo de viabilidade da proposta de privatização da companhia de saneamento básico do estado, a Sabesp. A conclusão das análises do grupo de trabalho deve acontecer até meados de 2024.

Os estudos ficam a cargo da IFC (International Finance Corporation), instituição ligada ao Banco Mundial e que já começou as análises. Dentro do prazo de 14 meses, o governo também prevê a realização de audiências e consultas públicas.

Após esse período, caso a conclusão dos estudos seja favorável e mostre que a desestatização é vantajosa, a ideia é estabelecer os critérios da modelagem da privatização. "Só depois dessa fase é que se poderá definir a próxima etapa do processo", informou a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística à Folha.

O governo estruturou três etapas para este primeiro passo do processo de privatização da Sabesp. Por enquanto, os estudos da IFC estão na fase de definição do plano de trabalho e vão prosseguir para a análise de viabilidade da proposta. Após as duas etapas, haverá a definição da modelagem para o negócio.

A ideia dos estudos é provar que a proposta de privatização trará benefícios significativos para a empresa e a população, como aumento da eficiência operacional e melhoria da qualidade de serviços. O IFC vai analisar inclusive se a desestatização contribuirá para a expansão e antecipação das metas de universalização de abastecimento e saneamento do Brasil.

Atualmente, o governo de São Paulo detém o controle da Sabesp, possuindo 50,3% do capital social da empresa, que tem capital aberto na Bolsa de Valores de São Paulo, onde negocia 30,7% das ações, e na Bolsa de Nova York, que negocia 12,5% dos papéis da companhia. Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 08 de junho.

Comissão de Direitos Humanos debaterá remuneração justa no trabalho

A SUG 12/2018, apelidada de "novo Estatuto do Trabalho", e "nova CLT" por Paim, seu relator, regulamenta assuntos relativos à inclusão social no trabalho, autorregulação sindical, modernização trabalhista, salário mínimo mensal e jornada de 40 horas semanais.

A sugestão foi apresentado por meio do portal e-Cidadania pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) e a Associação Latino-Americana dos Juizes do Trabalho (ALJT).

A apresentação do texto foi um dos objetivos da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (CDHET), criada na CDH em 2017 para reavaliar e propor alternativas à reforma trabalhista promovida pela Lei 13.467, de 2017. A reforma alterou regras relativas a remuneração, plano de carreira, jornada de trabalho, entre outros pontos. Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 12 de junho.

Inflação desacelera e fica em 0,23% em maio

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, ficou em 0,23% em maio – abaixo do registrado em abril, quando o IPCA foi de 0,61%.

Com os números observados em maio, o índice acumula alta de 2,95% em 2023. Nos últimos 12 meses, o acumulado é de 3,94%. Os dados foram divulgados na quarta-feira (7) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, sete tiveram alta no mês de maio. O maior impacto e a maior variação no índice do mês vieram de Saúde e Cuidados Pessoais, com destaque para as altas dos planos de saúde, dos itens de higiene pessoal e dos produtos farmacêuticos.

O IBGE também divulgou o resultado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que ficou em 0,36% em maio, abaixo do registrado em abril, quando o INPC ficou em 0,53%. Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 12 de junho.

Plano de saúde individual deve ter teto de reajuste anunciado nesta segunda (12)

A ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) deve anunciar nesta segunda-feira (12) qual será o índice máximo do reajuste anual dos planos de saúde individuais e familiares no país.

A aprovação do teto está entre os itens previstos para a reunião da diretoria colegiada da agência. O início do encontro está marcado para as 10h.

O percentual máximo de reajuste será válido para o período de 1º de maio de 2023 a 30 de abril de 2024. O aumento anual é aplicado pelas operadoras na data de aniversário dos contratos (mês da contratação dos serviços) e não envolve os planos coletivos, sejam eles empresariais ou por adesão.

Segundo projeção da Abramge (Associação Brasileira de Planos de Saúde), o reajuste a ser autorizado deve ficar entre 10% e 12%. A estimativa leva em conta dados do setor disponibilizados no portal da ANS e cálculo de consultorias especializadas, diz a entidade.

A expectativa é de que o anúncio seja feito pela agência nesta segunda. Isso só não aconteceria em caso de algum fator atípico, como um pedido de vista na reunião, o que é considerado improvável.

Em abril, o Brasil tinha um total de quase 50,6 milhões de beneficiários de planos de saúde, de acordo com dados divulgados pela ANS.

Desse contingente, 8,9 milhões eram usuários de planos individuais ou familiares. O número equivale a 17,6% do total –ou seja, a minoria do setor.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 11 de junho.

Empresas prolongam trabalho híbrido, mas novas vagas são presenciais

Algumas das principais empresas do país têm prolongado o trabalho híbrido para motivar suas equipes. No entanto, quem procura por um novo emprego pode não conseguir essa flexibilidade.

Um levantamento da plataforma de recursos humanos Infojobs aponta que, apesar do crescimento na oferta de postos remotos e híbridos, as vagas totalmente presenciais abertas após a pandemia ainda são maioria.

Em janeiro deste ano, o trabalho totalmente presencial representava 94,8% das 7.010 vagas, o híbrido equivalia a 2,48%; já as vagas totalmente remotas eram 2,7%.

Mesmo com uma quantidade modesta de vagas, a pandemia provocou uma mudança nos anúncios da plataforma: na comparação com novembro do ano passado, o formato híbrido apresentou aumento de 16,6%, enquanto as vagas remotas cresceram 32,6%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 09 de junho.

Novo piso da enfermagem vai quebrar homecare, diz associação

Para evitar uma quebra generalizada, o homecare, serviço de internação domiciliar, tenta reajustar suas diárias em 35% com a entrada em vigor no novo piso da enfermagem no início de julho.

É o que mostram os dados do Núcleo Nacional das Empresas de Serviços de Atenção Domiciliar (Nead), que representa o setor.

Atualmente, as cerca de 1.200 empresas do ramo conversam com os planos de saúde para viabilizar o repasse automático dos custos, que representarão 54% de sua receita líquida.

Também tentam, em outra frente, mostrar para os ministros do Supremo Tribunal Federal os efeitos danosos caso a aplicação do novo piso não seja "modulado". O assunto está sendo julgado pelo plenário.

Caso não tenham sucesso, os lucros passarão dos atuais 21,3% para 2,3%, encurtando o fôlego para a grande maioria das empresas.

Essa situação também preocupa hospitais públicos e privados, porque o homecare permite a liberação de leitos quando um paciente internado tem condições de ser atendido em casa. Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 12 de junho.